



AS FILHAS DA MÃE: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE MÃE SOLO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DAS FILHAS

The mother's daughters: an analysis of the concept of the solo mother based on the daughters' experiences

Alessandra da SILVA

Programa de Pós-Graduação em Educação
Instituto Federal Catarinense
Camboriú, Brasil
alessandrasilvaed.inf@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0866-4544> 

Idorlene da Silva HOEPERS

Programa de Pós-Graduação em Educação
Instituto Federal Catarinense
Camboriú, Brasil
idorlene.hoepers@ifc.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-3963-347> 

Luciana Carlos GEROLETI

Programa de Pós-Graduação em Educação
Instituto Federal Catarinense
Camboriú, Brasil
luciana.geroleti@ifc.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-7647-0074> 

Mais informações da obra no final do artigo 

RESUMO

Este texto apresenta resultados da dissertação de mestrado intitulada *As filhas da mãe: experiências de filhas de mães solo que se tornaram professoras*, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto Federal Catarinense. A partir de narrativas de mulheres, obtidas por meio de entrevistas e com metodologia analítico-descritiva e interpretativa, discute-se o conceito de mãe solo, que ainda representa uma novidade no campo científico. Com o ser visto, o termo mãe solo possui uma historicidade que dialoga com os significados sociais e culturais do ser/tornar-se mulher, bem como, com as complexas experiências que envolvem as maternidades, as infâncias e os direitos.

Palavras-chave: Mães Solo. Experiências. Filhas. Mulheres. Infâncias.

ABSTRACT

Daughters of the Mother: Experiences of Daughters of Single Mothers Who Became Teachers, defended in the Postgraduate Program in Education at the Federal Institute of Santa Catarina. Based on narratives from women, obtained through interviews and using analytical-descriptive and interpretative methodology, the concept of single mother is discussed, which still represents a novelty in the scientific field. As can be seen, the term single mother has a historicity that dialogues with the social and cultural meanings of being/becoming a woman, as well as with the experiences involving motherhood, childhood, and rights.

KEYWORDS: Single Mothers. Experiences. Daughters. Women. Childhoods.

INTRODUÇÃO

Este texto trata sobre mulheres (Oyěwùmí, 2021; Wittig, 2019), mais especificamente sobre mulheres professoras filhas de mães solo, conceito que, como será visto ao longo do texto, ainda representa novidade no campo científico (Iaconelli, 2023; Badinter, 1985, 2011; Beauvoir, 2016; Finamori; Batista, 2022).

A partir dos resultados de dissertação de mestrado concluída (Silva, 2025), o objetivo deste artigo é discutir o conceito de mãe solo por meio das experiências vivenciadas por mulheres filhas de mães solo que se tornaram professoras das redes públicas de ensino de Santa Catarina. A questão central envolta no texto consiste em refletir como o fato de mulheres nascidas no período 1997-2000, filhas de mãe solo, afetou suas trajetórias e a construção do devir mulher e professora, considerando as intersecções de raça, de classe, de gênero, de território e demais atravessamentos.

Chamamos a(o) leitora(o) à reflexão sobre como expressões como a utilizada no título “filhas da mãe” estão naturalizadas no imaginário social e contribuem para oprimir grupos que divergem das normas historicamente instituídas, como, neste caso, as mães solo. A representação do que é ser mulher e menina é construída no imaginário social e a partir de determinações previamente elaboradas social e culturalmente. Diante dessas condições, como nós, mulheres, nos tornamos quem somos? Por quais caminhos percorrem nossas construções? O que nos marca? Quais experiências nos atravessam e nos formam?

Para responder a essas questões, a metodologia utilizada foi a analítico-descritiva e interpretativa, de Rosenthal (2014) com a produção de dados orientada por roteiro de entrevistas semiestruturado. Pesquisa essa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

As análises foram realizadas por meio do diálogo entre a empiria, a teoria e a conjuntura social e política do período histórico pesquisado. Como base teórica, utilizamos a interseccionalidade em Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) e Patricia Hill Collins (2022) e as experiências em Conceição Evaristo (2018, 2020, 2021), bem como, diversas outras teóricas e feministas, tencionando priorizar intelectuais negras, indígenas, latinas e do Sul global, sempre que possível.

As narrativas de Sallas, Araucária e Isabella (pseudônimos), mulheres participantes da pesquisa, informam sobre suas experiências, as quais são atravessadas

pela luta diária de suas mães solo pela sobrevivência. Vivências que compõem as visões de mundo, bastante semelhantes, dessas mulheres e as aproxima como grupo social.

TORNAR-SE MÃE: TEMPO E ESPAÇO

O período histórico do tornar-se mãe é determinante na relação com a sociedade para as mulheres participantes desta pesquisa. As marcas dos costumes que as atravessaram devido ao imaginário social do seu tempo e do espaço geográfico em que estiveram inseridas são determinantes na construção do “tornar-se”. O ser a partir do olhar do “outro”. Sobre mães, utilizamos as autoras Elisabeth Badinter (1985, 2011); Simone de Beauvoir (2016); Lize Borges Galvão (2020); Sabrina Finamori e Maria Alice Batista (2022) e Vera Iaconelli (2023).

Para a sociedade, o que é ser mãe solteira? Mãe solteira é a mulher que teve suas filhas fora do casamento, segundo o imaginário social que marca a falta de um marido (entende-se, por essa lógica, o homem hétero-cis) e genitor para completar o arranjo familiar ao qual ela deveria estar integrada. Essa mãe é marcada pela “falta”. Arranjo familiar incompleto. Mãe solteira é aquela que carrega a falta de condições para ser a “mãe-padrão-ouro”, emprestando, aqui, o conceito de Vera Iaconelli (2023). Mãe-padrão-ouro corresponde à mulher branca, de classe média, que tem seus filhos em um arranjo familiar oficialmente nuclear. Uma mulher casada e que tem o maternalismo como preceito. É o discurso através do qual a sociedade justifica e reitera o lugar das mulheres, reduzindo-as à mera função de mães e trabalhadoras domésticas não remuneradas, no exercício de tarefas imprescindíveis para a consolidação e a manutenção do capitalismo, como, por exemplo, a reprodução social (Iaconelli, 2023, p. 9-10).

Para além desse padrão, como podemos definir uma mãe solo? Quem são essas mulheres que assumem sozinhas o papel de cuidar da família em todos os aspectos? Poderíamos considerar que mães solo não são somente as que vivem sem um companheiro ou companheira, mas também as mães que, mesmo “casadas”, assumem todos os cuidados com a criança? O termo mãe solo nasce como identificação pessoal de quem vive essa experiência. Mãe solo se apresenta, então, como categoria êmica¹, pois é utilizada a partir de reivindicações políticas dessa categoria social e, portanto,

¹ “[...] categoria êmica [...] pensar o termo mãe solo conforme a trajetória de vida e identificação pessoal que cada mulher tem para com esse termo” (Lima, 2021, p. 8).

tem significado no mundo prático de um grupo específico e que se autodetermina. Foi no processo de escrita que refletimos sobre as realidades das mulheres mães solo que chegaram até nós a partir do estado do conhecimento e do trabalho de pesquisa em campo. Os trabalhos encontrados nas buscas demonstram que o termo passou a ser utilizado na academia a partir de 2010, como aponta uma revisão bibliográfica realizada no Google Acadêmico por Sabrina Finamori e Maria Alice Magalhães Batista (2022). Segundo as autoras, poucos trabalhos foram identificados entre os anos de 2010 e 2019.

Ao olharmos para as narrativas que problematizam mãe solo em diferentes arranjos familiares, queremos, junto com leitoras e leitores, refletir sobre a realidade concreta dessas mulheres. Finamori e Batista (2022) identificam trabalhos que apresentam uma definição ampla do que poderia significar ser mãe solo. Nesse sentido, propusemos analisar duas categorias: mãe solo em família monoparental e mãe solo em família nuclear e demais arranjos. Nossa defesa se ampara no argumento de que, quando tratamos de mãe solo, estamos falando da sujeita e, quando tratamos de sua família, falamos do arranjo familiar em que essa mulher está inserida, que pode ser diverso. O argumento levantado parte da questão: se a única responsável ou responsabilizada por educar e cuidar de suas crias é essa mãe, com pouca ou nenhuma participação de terceiros, ela é ou não uma mãe solo? Entendemos que sim!

A expressão chefe² de família também merece nossa atenção. Embora o termo seja bastante criticado por feministas, por se tratar de um vocábulo transportado do sistema patriarcal capitalista, entendemos que mulheres chefes de família, monoparentais ou não, podem ser representadas pela tia, a avó, a irmã ou por outra mulher que exerça essa função no núcleo familiar. Desse modo, não cabe uma ligação direta com o termo mãe solo, mas, neste momento, nos dedicamos a investigar as histórias das filhas, que se tornaram professoras, na relação com suas mães solo, aquelas que viveram sozinhas a maternidade na infância de suas filhas, “mães solo em famílias monoparentais”. Assim, com este texto, jogamos luz para a importância política dessas mães em específico, levando em consideração as reivindicações a partir de movimentos que colocam essas mães como sujeitas de direitos. Buscamos, assim,

² “[...] o termo chefia familiar tem suas origens nas leis que regiam a família em sociedades antigas, designando a um único membro, normalmente o homem mais velho, o poder sobre os demais [...], existem dois principais pressupostos para esse conceito. O primeiro é que esposas, filhas e mães são dependentes econômicas do provedor masculino e o segundo é a existência de um núcleo conjugal como a base do domicílio” (Moura; Lopes; Silveira, 2016, p. 5).

contribuir com a discussão acadêmica, ampliando e conhecendo as perspectivas implícitas e explícitas nas memórias das filhas que se tornaram professoras.

Vale ressaltar que mãe, assim como outras categorias, é uma construção social que carrega expectativas sobre o modo de ser. Ao localizarmos a figura materna na sociedade ocidental eurocentrada, observamos que há predeterminações que situam a figura materna em um lugar idílico, dogmático, e a induz a abdicar do “ser mulher” para assumir, exclusivamente, uma condição caricata, que, construída pelo discurso maternalista, responde ao pensamento patriarcal, religioso e, conseqüentemente, moral que idealiza a “mãe-padrão-ouro” (Iaconelli, 2023). Constrói-se, desse modo, uma criatura distante da realidade (Beauvoir, 2016).

Na proposta de transgredir essa figura idílica, as mães e as filhas aqui consideradas são todas as pessoas que se entendem como mães e filhas. Descolamos do pensamento exclusivista que direciona a um perfil cisheteronormativo³. Consideramos, então, que o ser mãe é uma construção social e histórica, portanto não biológica, conforme propõem Badinter (2011), Iaconelli (2023) e Beauvoir (2016). Essa compreensão revela que o exercício de escuta com pretensão científica, mas também social, possibilita aos grupos terem suas vozes representadas e que se representem. Promove-se, assim, o deslocamento simbólico dos que foram colocados à margem e são reparados apagamentos históricos e sociais. As filhas e suas mães solo sempre fizeram parte da mesma sociedade que insiste em as manter invisíveis. Suas narrativas como sujeitas históricas e sociais legitimam suas existências.

A busca pelo registro a partir das histórias e das memórias das experiências de filhas de mães solo pode, ainda, contribuir com outros campos para além da Educação. O movimento de excluir mulheres e outros grupos da história da construção das sociedades precisa ser entendido também como uma das violências sofridas, quais sejam, o silenciamento e o apagamento de existências. Conforme Jarid Arraes (2017, p. 9), no “[...] Brasil, mulheres, principalmente as negras, nem sempre puderam falar, escrever e quanto mais publicar sobre si mesmas. Tampouco tiveram suas vozes plenamente respeitadas por aqueles que delas falaram, escreveram e publicaram; na sua maioria, homens brancos”.

³ “O termo cisheteronormatividade caracteriza, então, um conjunto de normas que pressupõe pessoas sempre cisgêneras e heterossexuais enquanto desfecho natural da constituição da subjetividade humana [...]. Como um sistema de crenças sociocultural, a cisheteronormatividade coloca o sujeito não -cisgênero e/ou não-heterossexual em uma posição de ininteligibilidade ao tomar por desviantes os processos identificatórios que rompem com o padrão” (Sá; Szyllit, 2021, p. 52).

Defendemos que a pesquisa desenvolvida traz contribuições para que possamos também transformar o olhar de quem interage com essas mulheres, filhas de mães solo, nas diversas fases de suas vidas e nas diversas áreas do conhecimento e da sociedade, principalmente na Educação. Entendemos que mudanças no imaginário social são lentas, porém, o tempo histórico em que nos encontramos exige pressa para que grupos, como o pesquisado, se reconheçam, se compreendam e se fortaleçam. Trata-se de um grupo importante que compõe a história da sociedade brasileira. Desse modo, a mãe solo foi investigada indiretamente a partir das memórias das filhas que se tornaram professoras.

Ao tornar visíveis as mães solo a partir da intimidade do olhar das filhas, agora professoras, podemos abrir uma perspectiva relevante para perceber as interações sociais e as questões que afetam essas mulheres. Uma contribuição não somente para a academia, mas, também, para a sociedade. A reflexão sobre como essas mulheres foram marcadas pelas trajetórias de suas mães traz à tona as situações a que essas mulheres foram submetidas e julgadas, ou não, e sua luta para superar as privações que lhes foram impostas.

Desse modo, dos baús de fotografias de família, as lembranças são transformadas em experiências por meio das palavras. Momentos únicos e sentimentos singulares nem sempre compreendidos ou falados. Memórias guardadas, registradas, e reveladas por “outras” (Beauvoir, 2016). As experiências registradas através da escuta das memórias narradas remontam ao passado e auxiliam na compreensão do contexto da trajetória vivida. Para Benjamin (2022, p. 31), quanto “[...] mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente aquilo que escuta se imprime nele”. Nesse sentido, as histórias das filhas se imprimem em quem decide as escutar.

MÃE SOLO: DISCUSSÕES ACERCA DO TERMO

Ao buscarmos aprofundamento e atualizações do termo mãe solo, localizamos as pesquisas de Caroline Guimarães da Silva, que escreveu *Maternidade, cultura e redes sociais: análise da interação social de mães solo através de netnografia e mineração de dados no Instagram* (2020); de Priscila da Silva Fernandes, autora da dissertação produzida em 2022 sob o título *Família monoparental feminina: desafios de ser mãe solo no Brasil*; de Taiane Alves de Lima, com sua dissertação de mestrado em Antropologia intitulada “*Mãe solo é mãe sozinha*”: *tecendo vivências de mães negras em Fortaleza (CE) e região metropolitana* (2021); de Renata do Socorro dos Anjos

Bentes, autora da dissertação de mestrado *Famílias chefiadas por mulheres, política social e pobreza em tempos de pandemia: uma análise das condições de sobrevivência das mães solo na cidade de Belém/Pará* (2022).

Os trabalhos selecionados aprofundam a discussão sobre o que é ser mãe solo a partir de uma característica comum entre as autoras. Elas vivenciaram a experiência, sendo elas próprias mães solo ou filhas de mães solo. Os textos geralmente são compostos por significados e por emoções revividas pelas autoras. Não que haja romantismos em suas escritas, pois destacam a todo momento as travessias reais dessas mulheres. Há sentimento profundo no que revelam a partir das próprias memórias. Essas memórias se reconhecem nas narrativas das participantes naqueles trabalhos para os quais se propuseram a ir a campo. Vale ressaltar que, em alguns, a figura do genitor aparece, mas, para algumas autoras, não anula a identidade das mulheres que se declaram mãe solo, pois elas assumem, sozinhas ou com ajuda de terceiros, todos os cuidados com as crianças, incluindo as questões financeiras.

Caroline Guimarães da Silva (2020, p. 9) investigou “[...] como o uso da hashtag ‘#maesolo’ e as novas formas de interação e compartilhamento por meio das redes sociais impulsionam a criação de espaços de identidade virtual?”. Seu objetivo foi “[...] discutir as questões sobre a maternidade na atualidade”, partindo da análise “[...] sobre a expressividade do uso da *hashtag* ‘#maesolo’ [...] na rede social Instagram” (Silva, 2020, p. 9). A partir desse delineamento, a autora identificou as características da *hashtag* para o ativismo digital e a relação com “o movimento feminista”.

Silva (2020) aborda o tema *mãe solteira* e *mãe solo*. Afirma que, além do “[...] termo mãe-solteira, historicamente utilizado para identificar as mulheres que criam os filhos sozinhas, a expressão mãe solo tem se popularizado na sociedade atual como uma tentativa de desconstruir a definição relacionada ao estado civil” (Silva, 2020, p. 9). Desse modo, evidencia a importância de “[...] situar as mudanças referentes aos padrões e experiências quanto à maternidade na contemporaneidade” (Silva, 2020, p. 10). Ainda, nesse sentido, discute o papel das tecnologias comunicacionais e sua influência “[...] na configuração dos imaginários sociais”.

Conforme a mesma autora, o ano de 2013 é considerado como marco temporal do uso da *hashtag* no *Instagram*, porém, em seu estudo, a maior incidência de uso da *hashtag* pesquisada se deu no ano de 2019 (Silva, 2020). Podemos relacionar esses resultados com o estudo de Finamori e Batista (2022), segundo o qual, na academia, a *hashtag* apareceu por volta do ano 2010. Três anos depois, o termo foi assimilado pela militância digital de mulheres que se autointitularam mães solo.

Priscila da Silva Fernandes (2022) indaga como as mulheres que são mães solo organizam suas vidas sendo as únicas responsáveis pela família nos cuidados que englobam afeto, educação e questões financeiras que giram em torno dos cuidados de uma criança. Além dessa questão, a pesquisadora faz várias outras perguntas que busca responder ao longo do seu estudo. Salienta, também, que, neste novo século, muitas mulheres optam por não ter relação com os genitores de seus filhos por diversos motivos, e, algumas, preferem a reprodução assistida.

Fernandes (2022) também relaciona os termos *mãe solo* e *mãe solteira*, ainda usados nos dias de hoje, mas com maior peso no séc. XX. Para essa autora, “[...] nota-se preconceitos em relação a mães solo, com frequência denominadas por muitos como mães solteiras, como se a maternidade fosse ou estivesse relacionada ao seu estado civil” (Fernandes, 2022, p. 10). Pontua, ainda, que o termo *mãe solteira* está vinculado a uma sociedade com estrutura machista, patriarcal, na qual o “marido”, o “homem”, era quem definia as experiências sociais vividas pelas mulheres.

A mesma autora levanta outra importante discussão relacionada ao genitor que não é o pai, ou seja, aquele que apenas contribuiu com a concepção do embrião e não exerce um compromisso efetivo com a paternidade. A autora coloca em evidência a vida afetiva dessas mulheres, que, na “pós-maternidade, pode ser modificada devido à nova função que desempenha” (Fernandes, 2022, p. 10). Relata as questões levantadas e afirma que essas mulheres sofrem “[...] preconceito diante da sociedade atual que ainda julga mulheres que são mães e que não possuem um relacionamento afetivo com o pai da criança” (Fernandes, 2022, p. 46), além dos frequentes problemas enfrentados em sua rotina, como, por exemplo, quando precisam se ausentar do trabalho para atender às demandas de filhas ou filhos.

Fernandes (2022, p. 47) também faz seu próprio relato, do lugar de onde fala e sente a pesquisa: “E por fim deixo meu relato de ser mãe solo decorrente de viuvez. Tornei-me viúva decorrente de um infarto fulminante do meu marido, ficando sozinha com uma criança de um ano e dez meses”. Desse modo, a autora escreve em duplo movimento que, além de considerar as experiências de outras mães solo, também olha para si e para a sua percepção a respeito do processo vivido.

Taiane Alves de Lima (2021) destaca a existência conceitual do “ser mãe solo” com os questionamentos: “Ser mãe solo é um fenômeno individual ou coletivo? O que significa ser mãe solo?” A partir desses questionamentos, tem por objetivo “Entender os símbolos e os significados cotidianos da maternidade, para, assim, perceber as encruzilhadas cotidianas que envolvem a maternagem solo de mulheres negras em toda

a sua vivência relacionada a questões individuais e coletivas”. A autora, assim como Fernandes (2022), pontua a própria experiência enquanto filha de mãe solo, afirmando que a “[...] inquietação para [sua] escrita [...] tem como marco o [...] próprio nascimento, pois, assim, nascia também a experiência que fundou o [seu] desejo por entender o que é ser mãe solo negra” (Lima, 2021, p. 6).

Lima (2021) aprofunda a temática a fim de compreender como a vivência de mãe solo se dá nas experiências de mulheres negras na relação com a maternidade e em suas vidas enquanto mulheres. Entende o termo mãe solo como categoria êmica, questiona mãe solo como chefe de família, afirmando que, “Por ser uma ressignificação recente” há “[...] necessidade de contextualizá-lo e apresentá-lo como uma categoria êmica”. Isso implica, portanto, “[...] pensar o termo mãe solo conforme a trajetória de vida e identificação pessoal que cada mulher tem para com esse termo”. Salienta, ainda, que, no campo acadêmico, o termo ‘mãe solteira’ permanece nas produções acadêmicas no período em que a autora realiza sua escrita (Lima, 2021, p. 9).

A mesma autora pontua a relação da mãe solo com a chefe de família, ao entender que o “[...] termo é elaborado a partir de uma formulação de aplicação de políticas públicas que instrumentaliza mais uma questão administrativa e financeira do lar do que o campo dos afetos e das relações interpessoais que envolvem a constituição de famílias” (Lima, 2021, p. 8). Parte da “[...] conexão teórico, afetivo e político utilizando conceitos como: Mães solo, Mãe solteira, Maternagem, Maternidade, Interseccionalidade, Relações de Cuidado, Práticas Parentais, Afetividade, Sororidade, Solidão” (Lima, 2021, p. 13). Suas percepções partem do lugar de pesquisadora filha de mãe solo e pertencente a uma família com gerações de mulheres que cuidaram-cuidam sozinhas dos filhos.

Renata do Socorro dos Anjos Bentes (2022) se propôs “[...] verificar os impactos da pandemia de Covid-19 nas condições de vida e de trabalho das famílias monoparentais com chefia feminina”, ou seja, “as mães solo, beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família” residentes em Belém, no Pará (Bentes, 2022, p. 19).

Essa autora faz referência à Taiane Alves de Lima (2021) para conceituar mãe solo, porém, também podemos relacionar seu estudo com a pesquisa de Caroline Guimarães da Silva (2020), pois Taiane cita as redes sociais na constituição dessa nova geração e lugar onde surge o recente conceito, com as novas gerações de feministas que atuam nas redes sociais (Bentes, 2022). A autora continua sua interlocução com Lima (2021) na sequência dos argumentos, considerando que mãe solo está mais

relacionada a um “estado emocional”, demarcado pela experiência e a autoidentificação com a maternidade solo, “Ou seja, é necessário pensar esse tema levando em conta a trajetória de vida e identificação pessoal que cada mulher terá com esse termo” (Bentes, 2022, p. 51).

Bentes (2022) revela sua intenção com a pesquisa ligada diretamente ao exercício de compreensão sobre a localização dessas mulheres e suas famílias a partir da realidade determinante do capitalismo. Analisou transformações de ordem societária que levam a mudanças entre as famílias no que se refere a “[...] composições, espaços e responsabilidades, partindo da compreensão dialética desses processos, que envolvem hierarquia de gênero, desigualdade de classe e raça, bem como tornam a chefia familiar feminina, objeto dessa Dissertação” (Bentes, 2022, p. 51).

Entendemos que o debate e o aprofundamento do pensamento acadêmico e social a respeito das experiências dessas mulheres e suas famílias possibilita transformações do imaginário social sobre o ser mãe solo. Um debate que alcança os lugares de poder de decisão, contribuindo para discussões de políticas públicas específicas que atendam às necessidades desse grupo social. Isso perpassa pelo reconhecimento das necessidades pessoais, educacionais, profissionais e de lazer, demarca o apoio que suas famílias necessitam e leva em consideração o sistema social e econômico que oprime grupos considerados minorias.

O fato de localizarmos apenas quatro pesquisas com o termo mãe solo no centro do debate, propondo de fato uma discussão profunda sobre o termo em teses e dissertações, pode ser considerado um indício da necessidade de produzir mais pesquisas que problematizam coletivos que permanecem invisibilizados. Talvez a quantidade encontrada seja considerada inexpressiva diante dos discursos que circulam com certa abrangência desde 2019. Porém, formulamos a hipótese de que esteja relacionado ao longo processo de produção que pesquisas dessa natureza exigem, tornando mais lenta a chegada nos bancos de dados. Diferem-se, desse modo, de trabalhos mais sucintos, curtos, de conclusões mais rápidas, que utilizam o termo mãe solo já no título, como no caso de artigos, que podem ser encontrados com certa facilidade em uma rápida busca no *Google Acadêmico*, mas que, neste recorte, não foram considerados a partir, principalmente, de 2020.

Importante é destacar que as dissertações aqui referenciadas foram defendidas entre os anos 2021 e 2022 em universidades públicas estaduais e federais situadas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Norte. Dentre os campos do conhecimento nos quais as pesquisas foram produzidas estão: Comunicação, Letras, Serviço Social e

Antropologia. Nenhuma dissertação produzida no campo da Educação estava relacionada ao objetivo que definimos para esta revisão de literatura.

Quanto aos significados abstraídos da leitura das dissertações, observou-se um padrão significativo: as autoras, mães solo ou filhas de mãe solo, apresentaram suas experiências ao abordar o tema.

É possível que uma só pessoa seja responsável por todo o desenvolvimento de uma criança? Uma mãe solo é somente aquela que está isolada de outras relações? Quando essa mãe se relaciona com uma parceira ou com um parceiro ela deixa de ser mãe solo? Compreender as complexidades imbricadas em grupos específicos é necessário para o desenvolvimento social centrado na equidade.

Acreditamos que, futuramente, o termo será utilizado com mais frequência nas diversas áreas do conhecimento. Consideramos também que as mães solo no Brasil são, majoritariamente, mulheres negras das periferias do país. Conseguimos visualizar de forma bastante profunda, no texto de Lima (2021), essa relação. O reconhecimento de suas existências pela sociedade significa considerar o seu trabalho, o isolamento afetivo, a invisibilidade, as imposições sociais e culturais, assim como as necessidades que atravessam a vida dessas mulheres. Nas pesquisas que apresentamos, é quase unânime que ser mãe solo é uma identificação pessoal. Com isso, entendemos que ser mãe solo não se trata de estar inserida em uma família isolada de uma rede. O próprio termo *família* pode ser questionado quando fixado no modelo historicamente constituído a partir do colonizador.

EXPERIÊNCIA DAS FILHAS: MIGRAÇÃO, MORADIA E VIOLÊNCIAS COMO MARCAS DA MÃE SOLO

Ao pensar as infâncias, consideramos experiências individuais, mas principalmente coletivas e permanentes (Qvortrup, 2010). Entendemos que a infância de filhas de mães solo se assemelha devido a algumas características que apontamos a partir das falas das participantes. O migrar constante, a luta das mães por trabalho, seu cansaço, o tempo sozinhas, a memória do sentimento de não-solidão das filhas, a escassez de recursos, a luta por moradia. Essas infâncias estão localizadas em um espaço temporal de vinte anos, de 1980 a 2000, mas que apontam modos de existência muito semelhantes.

A infância aqui é compreendida “[...] como uma categoria permanente de qualquer estrutura geracional” (Qvortrup, 2010, p. 5). No entanto, abordamos as duas

noções de infância apontadas por Jens Qvortrup como um período e como uma categoria permanente. Isso porque, como afirma o autor, elas não se contradizem e coexistem lado a lado, embora, conforme nossa compreensão, os significados sejam diferentes.

O conceito de infância que se aprofunda como categoria permanente acompanha as gerações e atravessa as experiências vividas pelas filhas de mães solo que se tornaram professoras, assinalando, também, uma categoria histórico-cultural (Qvortrup, 2010). Já as especificidades que apontam em suas narrativas em relação ao social, como a classe, a raça, o gênero e diversos outros atravessamentos, a exemplo de território, religião, sexualidade e identidade, por sua vez, são atravessadas pelas culturas dos lugares onde circulam ou circularam e as carregam consigo por toda a vida (Collins; Bilge, 2021). Situamos as infâncias como categoria, legitimando experiências diversas através das estruturas sociais, econômicas e políticas de um determinado tempo e determinada sociedade, pensando-as coletivamente.

Para a sociologia da infância, nos estudos de Maylla Chaveiro e Luzinete Minella (2021), ao entrarmos nas realidades, percebemos que há infâncias diversas, como as marginalizadas e esquecidas. Infâncias essas que estão longe da perspectiva idílica colocada pelo poder hegemônico das elites, poder este que padroniza as experiências das crianças, invalidando infâncias outras. Para essas autoras,

De acordo com a Sociologia da Infância as crianças são reconhecidas como sujeitos de direito, atores sociais e produtores de cultura. Desse modo, este campo do conhecimento nos ajuda a refletir sobre as suas condições de vida, compreendendo-as como agentes, pois a infância é entendida como uma categoria geracional construída socialmente, ou seja, o contexto no qual elas estão inseridas impacta diretamente sua situação de vida, podendo compor um cenário de exclusão social ou de privilégios materiais. [...] oferece ferramentas epistemológicas e metodológicas pertinentes para o questionamento das condições de subalternidade e exclusão em que as crianças têm vivido, especificamente as negras; além de possibilitar reflexões sobre os caminhos para a emancipação social da infância por meio de epistemologias decoloniais (Chaveiro; Minella, 2021, p. 2).

Infâncias invisibilizadas por discursos hegemônicos sobre um 'ideal de infância', que contribui na construção do imaginário social, principalmente através da mídia, com discursos, falados e imagéticos, biologizantes, xenófobos, racistas, classistas e capacitistas, escondendo outras possibilidades, outras realidades invalidadas, silenciadas. Ao refletirmos, com Chaveiro e Minella (2021), sobre as diversas infâncias, situamos nossa escrita nas infâncias das filhas, a partir de suas narrativas, nesse lugar da infância real, da infância possível.

Na sequência, apresentamos as filhas das mães solo que se tornaram professoras, 'as filhas da mãe', assim as leitoras poderão imaginar essas personagens reais, as participantes que são a base desta escrita.

Araucária, nascida em 1986, é mulher branca, bissexual, cisgênero, solteira, ateia, sem filhas(os), natural de Santa Maria (RS), residia em Itapema (SC) quando fizemos a pesquisa. É, portanto, uma mulher migrante interestadual. Formada em Pedagogia e em Teatro pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), especialista em Educação e mestranda em Educação pelo Instituto Federal Catarinense (IFC) – *Campus* Camboriú. Professora de Educação Infantil da rede pública de Balneário Camboriú (SC), em cargo efetivo. Três cidades fronteiriças localizadas na região da Foz do Rio Itajaí, litoral norte catarinense.

Isabella é mulher branca, heterossexual, cisgênero, nascida em 1994, solteira, evangélica, sem filhas(os), residente em Camboriú (SC), natural de Florianópolis, capital do estado catarinense – portanto, uma migrante intraestadual. Formada em Pedagogia e Especialista em Educação pelo Instituto Federal Catarinense (IFC) – *Campus* Camboriú, cursava mestrado em Educação pela mesma instituição à época da pesquisa. Trabalha como professora efetiva de Educação Infantil nas redes públicas de Educação de Balneário Camboriú e de Camboriú, duas cidades fronteiriças localizadas na região da Foz do Rio Itajaí, litoral norte catarinense. Sallas é mulher negra de pele clara, lésbica, cisgênero, nascida em 1984 em Araçatuba (SP), sem filhas(os), umbandista, residente em Florianópolis (SC) – migrante interestadual. Formada em Licenciatura em Educação Artística com Habilitação em Artes Cênicas, Especialista em Educação e Mestra em Artes Cênicas pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Professora de Artes, é trabalhadora em regime de Admissão em Caráter Temporário (ACT) da rede pública do estado de Santa Catarina, atuando em Florianópolis.

Isabella traz memórias mais vívidas de sua infância, ao afirmar: "[...] *morei em muito lugar. Meu Deus do céu! Assim, o que eu mais tenho de memória da minha infância são as mudanças*" (informação verbal, 2025). Ela não carrega lembranças negativas dessas mudanças, pois a mãe transformava a situação em esperança, em diversão, em novidade: "[...] *a mãe falava sempre assim, de uma maneira que fosse divertido pra mim. Só que hoje, depois de ela e eu conversarmos, percebo que pra ela era muito sofrimento*" (Isabella, informação verbal, 2025). A situação exposta pode ser pensada com Collins e Bilge (2021), para quem a falta de condições de moradia é uma parte do domínio estrutural do poder, incluindo mercado de trabalho, educação e saúde.

A maternidade solidão da mãe de Isabella estava contida nos momentos de decisões, no planejar a vida e a sobrevivência com o mínimo de impacto negativo na vida da filha são lembradas por Isabella, principalmente do que sua mãe dizia: *"- Filha, a mãe tá enjoada. O que tu acha de a gente ir pra uma casa nova? Com coisas diferentes, cor nova. Tu vai conhecer amigos novos"* (informação verbal, 2025). Junto com isso, a percepção: *"Imagina, na mente de uma criança era divertido. E não. [...], na verdade, ela se mudava porque ela não tinha como pagar o aluguel"* (informação verbal, 2025). Nesse momento, Isabella se emociona com a consciência de sua mãe em não a atingir com as preocupações cotidianas de sobrevivência.

Isabella segue pensando a respeito das dificuldades e descreve sua mãe como alguém forte: *"As vezes que eu a vi chorar foram raríssimas. E uma vez que lembro, quando a gente morava em Mirim Doce, que foi a primeira vez que a gente se mudou, encontrei ela [...] no canto da fábrica, chorando"* (informação verbal, 2025). Nessas memórias, observa-se que a mãe de Isabella escondia seus sentimentos, o medo da imprevisibilidade e da instabilidade constante. Outra memória é da primeira mudança de que se recorda. Porém, a mãe já havia experimentado a saída da casa de sua família e a fuga da própria casa, quando Isabella tinha por volta de dois anos, além de outras ao longo desse tempo, como veremos adiante.

A criança, entre o brincar, os fazeres da infância e a preocupação da mãe marcada na memória da filha, mostra que esse período foi significativo, e ela, aparentemente, compreendia que havia algo acontecendo com sua mãe que a calava e a fazia sofrer solitariamente: *"[...] eu tava indo brincar com o cachorro e aí ela tava sentadinha chorando muito. Daí eu falei, mãe, mas por que que tu tá chorando? O que tá acontecendo?"* (Isabella, informação verbal, 2025). Podemos perceber que, mesmo que a mãe tentasse afastar da filha as preocupações, a menina era alcançada. *"É porque a mãe tá pensando em a gente se mudar e daí a mãe tá ansiosa com isso. Mas tu quer se mudar? Te faz feliz?" E aí ela sempre tentava buscar isso, do que eu imaginava, do que eu sonhava"* (informação verbal, 2025). Nota-se na fala de Isabella a sobrecarga de sua mãe, que precisava tomar decisões sozinha, enfrentar problemas que não tinham solução definitiva naquele momento.

Podemos, a partir desses fragmentos de memória, aprofundar a reflexão a respeito da participação das crianças nas questões importantes da família. Qual perspectiva adotamos na educação das crianças? A criança idílica, inocente, que precisa estar afastada das 'questões adultas'? A criança que vive e sente a realidade na qual está inserida? As respostas a esses questionamentos não são simples. A mãe de

Isabella, por exemplo, esforçava-se para oferecer o seu melhor à filha, que era a sua família inteira. Isabella também apresenta um vislumbre do que uma criança poderia apreender naquela situação: “[...] *mas eu, como criança, eu só lembro disso, [...] na época, não, a gente não tem muita dimensão das coisas*” (informação verbal, 2025). Temos aqui, e nos demais fragmentos de memória de outras filhas de mãe solo, uma versão da realidade da criança retomada, por meio da memória, pela mulher. São pedaços de história, são vidas de mães memorizadas pelas filhas. Essas lembranças, se fossem contadas pelas mães, provavelmente teriam outra perspectiva, consequentemente, dariam contornos diferentes às narrativas. Principalmente nos fragmentos sugestivos de que filhas foram carregadas no colo. Talvez por isso não tenham sentido diretamente o impacto dos enfrentamentos diários de suas mães. Isabella-mulher pensa sobre a vida de quem lhe deu e manteve sua vida, a vivência da mãe que a menina-Isabella não acessava.

Essas memórias são representativas do ir e vir de mães solo, mulheres que migram com suas famílias em busca da sobrevivência, movidas que são pelos percalços da vida, pela falta de renda para manter, principalmente, a moradia. Estatisticamente, a migração interna se dá majoritariamente por mulheres que, por não terem casa própria, precisam mover-se constantemente no território. Podemos, hipoteticamente, considerar que essas mudanças constantes podem ter afetado a permanência das crianças na escola, a construção de vínculos e a duração das relações que estabeleciam com espaços, com pessoas.

Araucária também recorda a necessidade constante de mudar de casa. Poucas palavras trazem fatos, memórias marcantes da infância: “[...] *a gente morou em vários lugares. É uma família de mulheres, minha mãe, eu e minha irmã, mais nova do que eu. Então, a gente morou em várias casas e duas cidades, Santa Maria e em Itaara, que é do ladinho de Santa Maria também*” (informação verbal, 2025). Apesar da mobilidade constante, não constam nos relatos mudanças frequentes de escola. Talvez pelo cuidado das mães, por buscarem moradias próximas da unidade escolar onde as filhas estudavam. Mas, nesse ponto, o que temos são apenas suposições.

Segundo a mesma entrevistada, foram muitas casas, justamente para manter o aluguel ou outra forma de acessar a moradia. Quando questionada sobre os motivos que levaram sua família a mudar com frequência, indaga: “*Na infância?*”. E segue com firmeza: “[...] *trabalho, quantidade de dinheiro disponível pra morar. É, a gente morou não toda a vida de aluguel, porque muitas vezes foram casas cedidas ou era a casa da patroa da minha mãe*” (Araucária, informação verbal, 2025). Como era essa relação de

morar no local de trabalho com as filhas? Qual relação se estabelece na dinâmica de convivência durante as rotinas? Afinal, moram com outra família. São perguntas para refletirmos sobre essas estratégias de sobrevivência que essas mulheres precisaram traçar.

Teresa Kleba Lisboa (2006, p. 159) apresenta dados importantes sobre trabalhadoras domésticas dos anos 1990, período que está em nosso radar de pesquisa. Segundo essa autora, “Em 1995, havia 5% de crianças entre 10 e 14 anos trabalhando de domésticas; a faixa etária de 30 a 39 anos concentrava a maior percentagem, 23%, seguida da faixa etária de 18 a 24 anos que somava 22%”.

O custo médio da moradia, por metro quadrado, em duas das cidades onde as participantes residem ou trabalham, aparece como o mais caro do Brasil em Balneário Camboriú, em média, R\$13.911, e Itapema, cidade vizinha, com custo médio de R\$13.721 por metro quadrado, segundo levantamento realizado em dezembro de 2024 pela FipeZap⁴. O alto custo da moradia em todo o Brasil e o escasso investimento em política pública de habitação fazem com que mulheres migrem com muita frequência. Também se apresentou como uma das principais dificuldades enfrentadas pelas mães solo pesquisadas. Uma situação que gera instabilidade e dificulta a construção de vínculos. Conforme Araucária (informação verbal, 2025), “[...] *teve essas muitas mudanças. Não sei quantificar por quantas casas a gente já morou. Inclusive já moramos em casas que a gente morou e voltou a morar depois*”. As mulheres desta pesquisa fazem parte de um grupo maior. Segundo a Agência Brasil (2024), o país somou um déficit habitacional de 6,2 milhões de domicílios no ano de 2022. O estudo aponta que 62,6% do total de responsáveis pelos domicílios (3.892.995) no Brasil são mulheres, principalmente as negras, fator que se reduz no Sul do país.

Na fase adulta, Araucária diz ter se afastado fisicamente da família para migrar sozinha: “[...] *fui morar com outras pessoas, e a gente foi aos poucos, assim, tendo casas separadas. Isso deu uns dez anos, até que ela [a mãe] voltou a morar comigo*” (informação verbal, 2025). Quando efetuada a pesquisa, mãe e filha moravam juntas em um apartamento alugado. Isso mostra que moradia é um fator marcante na vida dessa família.

⁴ “A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe é uma organização de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1973. Entre seus objetivos está o apoio a instituições de ensino e pesquisa, públicas ou privadas, em especial o Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Possui, hoje, destacada atuação nas áreas de ensino, projetos, pesquisa e desenvolvimento de indicadores econômicos e financeiros”. Disponível em: <https://www.fipe.org.br/pt-br/institucional/sobre-a-fipe/>. Acesso em: 17 out. 2024.

O migrar das filhas, assim como o das mães, se dá, principalmente, devido ao déficit habitacional e à violência. O emprego com moradia, geralmente junto com a família para a qual se trabalha, são resíduos do período escravocrata (Lisboa, 2006) guardadas as devidas diferenças entre um fato sócio-histórico e outro. Residir no mesmo espaço do trabalho contribui para redução dos custos para mulheres e sua família que não gastem quase toda a sua renda com aluguel, mas, não se pode negar que essa condição também pode facilitar abusos de poder e diferentes tipos de violência, como a de gênero, contra essas mulheres e suas filhas.

As violências de gênero atravessam tempo e sociedades por gerações: filhas, mães e avós. Ao traçar paralelos entre as participantes deste estudo, estamos frente a três mulheres que nasceram entre 1983 e 1994, décadas importantes para a construção da democracia no Brasil. Elas nasceram no final do milênio e ainda estavam, estão, sujeitas a isso por serem mulheres, mães solo. Nas histórias narradas, as violências de gênero e de classe são evidentes, se atravessam (Collins; Bilge 2021).

A avó de Araucária, quando adolescente, morreu no parto da mãe de Araucária. Foi engravidada pelo jovem filho do patrão. Órfã de mãe, a criança, uma 'filha bastarda', nas palavras de Araucária, foi 'dada de presente' de casamento para uma tia. Foi o início de sua vida como 'trabalhadora doméstica'. História trágica Araucária traz a história de sua mãe através da trágica história de sua avó materna, que habita as memórias de Araucária:

Ela [a mãe] foi criada por essa família do pai dela, e ele [o avô de Araucária] não criou ela, nunca se envolveu. O pouco que teve foi repúdio em relação. E, depois de um tempo, ela foi criada por uma tia, que nem era consanguínea dela. Ela foi dada de presente, praticamente, para esta mulher quando ela [a tia] casou. Era uma mulher de outra família. O tio era consanguíneo dela. Enfim. E foi a tia que criou ela, não era a mãe; nunca se comportou desse modo também. É a tia! E ela morou lá e depois ela foi morar em Santa Maria. [...] quando ela era adolescente. Enfim, foi para lá a família inteira. Ah, e o tio foi assassinado em praça pública na frente de uma das primas dela [da mãe de Araucária] (Araucária, informação verbal, 2025).

Araucária reflete, sob um olhar meio inquieto, ao narrar uma história que não lhe é tão distante e que também é sua. Fatos que tiveram início em 1958, quando sua mãe nasceu. Época na qual ainda estava em vigência o Código Civil de 1916.

O contexto no qual a mãe de Araucária cresce era propício à violência que estruturava, cujos resquícios ainda se fazem presentes, a sociedade brasileira: antes, o trabalho escravo, depois, o doméstico. Nesse último caso, entendia-se como uma 'ajuda' que a tia prestava em troca de trabalho e de cuidado sem remuneração. Violência de gênero, de classe e racial. Essas meninas e mulheres são 'quase da família',

na teoria. Na prática, a filha da filha da empregada, que era filha do filho do patrão, portanto fora do casamento, também é deixada no limbo.

Conforme Isabella, outra das pesquisadas, sua mãe conheceu o homem que constaria como seu “pai” em sua certidão de nascimento ainda na adolescência. Namoraram por um tempo, depois ele rompeu, relacionou-se com outra mulher e a engravidou. Após mais de vinte anos e de um relacionamento que não realizaria o desejo dela de se tornar mãe, voltou a procurar o que ela chamou de ‘amor’ da adolescência, a quem ainda amava. Os dois, desimpedidos de outras relações afetivas, retomaram o relacionamento e engravidaram de Isabella. Pouco tempo depois, a mãe precisou fugir daquele homem, que, segundo a entrevistada, foi ‘o amor da vida de sua mãe’. Um assunto que a narradora não estende, mas cujos detalhes nos levam a entender que sua mãe sofria violências: cárcere privado, violência psicológica e patrimonial:

Ela me contava que ele falava que ela tinha que ficar em casa. Que ela era mulher, tinha que cuidar da casa e ele saía. Eles moravam num sítio, que era dela, na verdade. Ela trouxe ele pra dentro da casa dela. E aí, depois, ele trancava e saía pra farra e chegava bêbado (Isabella, informação verbal, 2025).

Isso nos leva à Lei Maria da Penha⁵, cujo teor indica que as violências contra as mulheres se expressam de diversas formas. A violência patrimonial é uma delas:

Aí, depois [...] Meu Deus do céu! Como a pessoa já fica [se emociona]. Aí ela entrou na justiça. E eles fizeram um acordo. Ele ficaria com o sítio e daria um apartamento pra ela. Eles trocariam, na verdade. E ela não queria se estressar. Deixou ele com o sítio. Daí, pra ajudar, o apartamento que ele negociou com ela, era onde as minhas irmãs moravam. Tinha gente morando. Então, não tinha como a minha mãe conseguir o apartamento. Ela teve que entrar na justiça contra a mãe das minhas irmãs de parte de pai. Ficou dez anos na justiça. Daí ela conseguiu o apartamento. Mas, dez anos ela se virou sozinha. Ele ficou com o sítio e ela ficou sem nada. Aí teve que ficar vivendo, casa de amigo, casa de [finaliza] (Isabella, informação verbal, 2025).

A mãe de Isabella, ainda com a filha muito pequena, migrou para a casa de uma amiga. O pai permaneceu com duas residências por um longo tempo, o apartamento e o sítio. Somente depois de ação judicial é que ela conseguiu o direito de retomar parte

⁵ “Maria da Penha Maia Fernandes (Fortaleza – CE, 1º de fevereiro de 1945) é farmacêutica bioquímica e se formou na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Ceará em 1966, concluindo o seu mestrado em Parasitologia em Análises Clínicas na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo em 1977. O caso Maria da Penha é representativo da violência doméstica à qual milhares de mulheres são submetidas em todo o Brasil. A sua trajetória em busca de justiça durante 19 anos e 6 meses faz dela um símbolo de luta por uma vida livre de violência. Autora do livro *Sobrevivi...* posso contar (1994) e fundadora do Instituto Maria da Penha (2009), ela ainda hoje fala sobre a sua experiência, dá palestras e luta contra a impunidade dessa violência que é social, cultural, política e ideológica, afetando milhares de mulheres, adolescentes e meninas em todo o mundo”. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 04 nov. 2024.

do seu patrimônio. Isabella relata o comportamento do progenitor: *“Não era, não sei se enquadra numa violência doméstica. Porque não tinha agressão física, mas tinha psicológica. Então, é uma agressão também. E aí ela tinha 40 anos quando engravidou”* (Isabella, informação verbal, 2025). Aparentemente, a situação ainda não havia sido pensada como violência de gênero ou doméstica pela filha, que tinha cerca de dois anos de idade. Ambas, mãe e filha, viviam na década de 1990, época e que os debates sociais sobre violência de gênero, embora já acontecessem, não alcançavam todas as mulheres.

A terceira pesquisada, Sallas, viveu uma ruptura abrupta com o modelo de família que reconhecia, que reconhece, uma família de mulheres. A violência chega com as regras e os modos masculinos em seu cotidiano com a presença de um namorado da mãe. Com nove anos, Sallas foi morar com os dois na casa dele. A violência se aproximou dela em forma de silêncio, de trancas, de controle, até chegar ao abuso sexual. “Bom, e aí, esse período de vida dos 9 aos 15 anos, que é o tempo que eu vivo nesse formato”. Nesse período, fugas erram consentidas pela mãe, por vezes, planejadas por ela mesma. Ausências necessárias para que Sallas não ficasse no mesmo espaço que ele. A presença de um homem em casa parecia, para a mãe de Sallas, como uma espécie de solução para o cansaço sentido desde sempre por sua lida em vários empregos, necessários para a sobrevivência de todas.

A menina Sallas estranhava todas aquelas novas regras, a estética do lugar e da nova forma de viver. A esse respeito, ela relata com detalhes como era a casa e o sistema de ‘segurança’ desenvolvido por aquele ‘homem-solução’. Houve, segundo Sallas, a tentativa de um modelo de família nuclear que, no imaginário social, poderia vir a ser a solução para a maioria dos problemas, mas não aconteceu.

A filha chama de ‘forçaço’; por parte da mãe e do “marido”, para ‘criar’ um pai, a figura masculina que, segundo o imaginário social, correspondia ao ideal de família. No entanto, o que se estabeleceu foi “[...] *justamente uma sequência de abusos psicológicos, físicos, sexuais etc. Então, por mais que houvesse uma forçaço de barra para ter o ‘pai’, não era, nunca foi*”. Um forçar que não foi bem aceito por Sallas “[...] *por muito tempo eu me referia a ele como ‘o marido da minha mãe’, ele não é nada meu*” (Sallas, informação verbal, 2025). Então ela, a filha, precisou se sair. Um processo violento de separação que gerou dor, sofrimento, pois ela entendia que seu lugar era junto a sua mãe, mas as condições eram outras. A mãe-mulher recebe (percebe, talvez?) os fatos através da filha: “[...] *desde sempre, desde a primeira tentativa, [...]*

tomei consciência de que aquilo não era algo natural”⁶. A mãe submeteu-se a violências para diminuir o peso e o cansaço de estar sempre à frente de tudo.

De acordo com Sallas, sua mãe articulava para que a filha escapasse do contexto de violência. Compreendia como necessário que Sallas estivesse sempre em movimento mudasse constantemente: “[...] *vai lá cuidar da criança tal e aí você já mora nessa casa*” (novamente a troca vivenciada pelas mulheres da família). “*Então, tem uma fase da minha adolescência em que eu estou sempre na casa de alguém, morei com as minhas irmãs, na casa da dona Armínia, na casa da dona Elisa, na casa da não sei quem*”. Um período de constante desenraizamento dentro daquela nova relação, até mesmo com sua mãe. Aos quinze anos de idade, Sallas decidiu não mais voltar.

Os temas trabalho, moradia, migração e violências se atravessam constantemente nas experiências relatadas, conforme observado, são quase que inseparáveis para as análises.

As experiências narradas pelas filhas estão diretamente relacionadas à ausência de políticas de gênero para as crianças e para as mulheres no decorrer das décadas de 1970 a 1990. Essa ausência do Estado reverbera nas relações das filhas com as mães e dá a dimensão da compreensão de como, para as filhas, ser mãe solo era uma presença-ausência constante devido ao trabalho remunerado precário como trabalhadoras domésticas e autônomas, contrastado com a falta de condições (acesso e permanência), de formação escolar de suas mães, que as levavam a sofrer com falta de moradia, com migração constante e a sujeição à violência. Experiências essas que representam infâncias e maternidades possíveis para grande parte das mulheres da classe trabalhadora das periferias.

“MINHA MÃE NÃO FOI MÃE SOLO, FOI MÃE SOLTEIRA!”

Como já destacamos, o uso da expressão mãe solo remonta ao final da primeira década deste segundo milênio (Finamori; Batista, 2022). A partir dos anos 2015, começa se popularizar através, principalmente, das redes sociais (Silva, 2020).

⁶ Sallas: E lembro que essa imagem eu tenho nítida na minha cabeça. A gente vai até a delegacia, conta o que está acontecendo. Era um investigador, escrivão, delegado... era um homem muito alto, cabelo cacheado, um bigode bem marcante. E ele diz assim “Senhora, se não for flagrante a gente vai trazer ele para cá, ele vai dormir aqui uma noite e vai voltar, e ainda vai bater na senhora”. Então eu ouvi isso da própria polícia. E aí minha mãe fala: “Mas como é que se garante o flagrante para que isso de aconteça?” Houve uma tentativa da mãe de reagir diante dos fatos. O que acontecia no silêncio atrás das grossas correntes e que a mãe não revelou? E aí, dali a gente vai para um sistema de tratamento no CAPS, passa na psicóloga, enfim... tudo isso.

A mãe de Araucária nasceu na cidade de São Borja (RS), em 1958. Tem 63 anos, duas filhas e foi mãe por volta dos 29 anos. É mulher branca, cisgênero, heterossexual, solteira. Teve duas filhas. Trabalhou como doméstica e faxineira. Iniciou curso de segundo grau em colégio de freiras, mas não concluiu. Atualmente, reside em Itapema (SC) e não tem casa própria. A respeito da origem de sua mãe, Araucária relata que:

Minha mãe nasceu em São Borja, fronteira do Brasil com a Argentina, no Rio Grande do Sul. Fala "forte, quente" [pontuando o sotaque] e tem um aspecto bem reacionário e um modo de vida muito fechado. Ela morou lá na infância e na adolescência. Ela é de uma família bastarda daquela volta [daquele entorno, daquele lugar], não consanguínea dessa gente, porque ela é filha da filha da empregada da avó paterna dela, e essa mulher [avó] morreu no parto quando ela [mãe] nasceu. E ela morou lá e depois ela foi morar em Santa Maria, quando ela era adolescente, e foram pra lá a família inteira. Não sei bem quais eram as circunstâncias que mudaram todo mundo, mas foram pra lá. Aí o tio dela foi assassinado em praça pública na frente de uma das primas dela.

A mãe de Isabella nasceu em Mirim Doce (SC), em 1954. Tem 70 anos e mora em Camboriú (SC). Foi artesã, desenvolvendo trabalhos em madeira, foi cozinheira profissional e trabalhou em hotéis. É uma mulher branca, cisgênero, heterossexual e solteira. Teve uma filha. Hoje tem casa própria. Fez o curso PROEJA⁷ no Instituto Federal Catarinense – *Campus Camboriú*, e posteriormente cursou Tecnólogo em Gastronomia pela Unisociesc, aos 65 anos. Nas palavras da filha:

Ela tinha 40 anos quando engravidou. 39, na verdade. E teve com 40. E aí [o companheiro] era tipo a única pessoa que ela tinha, assim. Porque sempre se virou sozinha, saiu cedo de casa porque tinha uns 10 irmãos. E aí ela pegou e ficou com ele [até conceber Isabella]. Aí ela teve diabetes gestacional, gravidez de risco pela idade. Nasci de seis meses. E ela foi aguentando até que ela pudesse separar. Ela separou e eu tinha quase dois anos. Ela me conta assim que, como ela não tinha coragem, tinha medo do que ele pudesse fazer. Ele um dia saiu pra trabalhar, ela pegou as coisas todas, encheu o carro de roupa. E ela me conta que foi roupa e uma TV. E saiu pra cá, assim, sem rumo. Daí foi morar com uma amiga. Então, desde lá ela me criou sozinha (Isabella, informação verbal, 2025).

A mãe de Sallas nasceu em São Paulo, em 1947, e faleceu em 2007, dez dias antes de completar 60 anos. Era filha de um relacionamento interracial entre um homem negro e uma mulher branca – mas, segundo Sallas, não se lia como uma mulher negra. É uma mulher cisgênero, heterossexual e foi mãe por volta dos 20 anos. Deu à luz cinco filhas e casou-se aos 45 anos. Foi trabalhadora doméstica, cozinheira e trabalhou “na prefeitura”, servindo café de madrugada para garis. Estudou até o ensino fundamental

⁷ Proeja é a modalidade de EJA voltada à educação profissional. Ou seja, além de receber a formação básica, o aluno recebe também uma qualificação ou uma formação técnica. Portanto, essa junção é chamada Proeja ou EJA-EPT. Essa modalidade tem o objetivo de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional, da qual em geral são excluídos justamente por não possuírem o ensino fundamental e/ou médio. Disponível em: <https://ifsc.edu.br/post-intercambistas/10767728/proeja-entenda-do-que-se-trata-esta-educa%C3%A7%C3%A3o-que-transforma-vidas>. Acesso em: 18 nov. 2024.

e depois, com aproximadamente 50 anos, morando em Santa Catarina, no município de Penha, após seu companheiro se aposentar, completou o ensino médio na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Pensando na cronologia deste ser mãe, conforme Sallas, aos 30 anos, sua mãe havia dado à luz, ou parido, quatro meninas, e, aos 36 anos, deu à luz a Sallas, a quinta filha de uma família inteira de mulheres. Experiência que Sallas enaltece em sua fala sempre que possível.

[...] minha mãe com 30 anos já tinha três filhas no primeiro casamento. E ela se separa, passa um tempo, ela tem a Érica e com quatro filhos, 30 anos, separada, vida super difícil, para tentar dar uma virada, deixa as duas mais velhas com a avó paterna, a Érica com uma tia minha e a Paula com outra tia minha (Sallas, informação verbal, 2025).

Quando levantamos a questão mãe solo, Araucária destacou que sua mãe nasceu e viveu a maternidade nas décadas de 1980 e 1990, no Rio Grande do Sul, com suas filhas pequenas. Foi 'mãe solteira', pois assim era vista e tratada. "*Minha mãe não foi mãe solo, ela foi mãe solteira, porque era assim que as pessoas diziam que ela era. Ouvia em algumas conversas que as pessoas a chamavam assim [...]*" (Araucária, informação verbal, 2025). Marcação importante que encontramos também na fala das outras participantes, o que retrata um tempo diferente, uma sociedade igualmente diversa em alguns aspectos.

Trata-se de uma imagem construída a partir do olhar, da fala do outro: "[...] sou o que dizem que sou" (Galvão, 2020, p. 3) A história, desde a sociedade patriarcal ocidental, trata as famílias femininas, ou de mães que agora se reivindicam solo, como famílias faltantes de um *status* civil, de um relacionamento romântico duradouro que remete a regras religiosas e moralizantes. Para Galvão (2020, p. 3), o "[...] estado civil atrelado ao termo revela que a mulher casada goza de determinado status social não atribuído à mulher solteira", tratamento que também não é dispensado "[...] à mãe que não está inserida em um relacionamento conjugal, como se o casamento por si só fizesse-a atingir um melhor nível social".

Na compreensão de Araucária, mãe solo está relacionado à falta de apoio paterno e, também, de uma rede:

Tá relacionado a essa não rede. A mãe solteira, eu sempre tive o entendimento que é aquela mulher que não é casada, que não tem um marido, enfim, o do ser mãe solteira. Mãe solo já parece que já tem outros aspectos, inclusive, não sei como mencionar, mas tem essa ausência em questão paternal, realmente, ser mãe solo. Ser mãe solteira não significa que não exista uma rede, não existam outras pessoas que fazem parte dessa relação de criar aquele sujeito, e eu entendo muito desse modo, pelo modo como a gente foi criada (Araucária, informação verbal, 2025).

Araucária nos leva a refletir sobre o “ser mãe solteira” e o “ser mãe solo”. Ela busca fazer uma relação sobre o vivido e, talvez, sobre o que o imaginário social definiu sobre a “mãe solteira” a partir de sua própria experiência. A forma como coloca é como se a “mãe solteira” e a “mãe solo” pudessem coexistir, já que a primeira, em algum momento, poderia ter o apoio do genitor, enquanto a mãe solo seria “isolada totalmente”. Em algum momento, afirma que, mesmo considerando-se sua genitora como “mãe solteira”, devido ao momento histórico, ela (a mãe) nunca, ou bem pouco, recebeu apoio dos genitores ao longo de sua (de Araucária) infância e da infância de sua irmã mais nova. E aqui podemos constatar o quanto “mãe solo” ainda é um termo em construção ou em processo de definição. Para Galvão (2020), mãe solteira vem em uma perspectiva burocrático-legal e moralista perante as famílias de mulheres, como se essas famílias não fossem legítimas, porque lhes falta algo, a presença de um homem. Com isso, reafirmamos que mãe não é um estado civil.

Sallas, ao falar a respeito de sua genitora, retoma uma história que lhe foi contada pela mãe. Assim, fala sobre o que, em sua concepção, retrata com mais fidelidade a realidade de muitas mulheres com filhos: “[..] *mãe solteira, como dizia antigamente, mas eles nunca usam o termo mãe abandonada*” (Sallas, informação verbal, 2025). Mãe solteira, “mãe abandonada”, mãe solo, mãe sozinha (Lima, 2021).

CONCLUSÃO

Percebemos, nas narrativas apresentadas neste artigo, o quanto as filhas carregam da imagem da própria mãe em suas memórias de “ausências” e “presenças” cansadas, exaustas, sem paciência, sem lazer e de isolamento, em alguns casos. Retomamos, aqui, o relato de Sallas para exemplificar e concluir esta discussão. Sallas não deixa de relatar as dificuldades encontradas por sua mãe, que vivia cansada, mas também ressalta que ela se colocava diante da realidade da melhor forma que encontrava para manter a sobrevivência de todas: “Então, as meninas, na parte da infância delas, tiveram essa vida em um outro contexto de família, justamente por essa mãe estar sozinha de novo e os percalços que uma mulher com filhos sozinha passa” (Sallas, informação verbal, 2025). Mãe solo de cinco filhas. De forma reflexiva, Sallas traz uma perspectiva coletiva quando constata que sua mãe viveu o que muitas outras, principalmente da classe trabalhadora, vivenciam no cotidiano: as decisões são as possíveis diante de seus contextos.

REFERÊNCIAS

ARRAES, Jarid. **Corpo desfeito**. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2022.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito**: a mulher e a mãe. Tradução: Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. v. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2. ed.; 5. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

BENTES, Renata do Socorro dos Anjos. **Famílias chefiadas por mulheres, política social e pobreza em tempos de pandemia**: uma análise das condições de sobrevivência das mães solo na cidade de Belém/Pará. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2022.

CHAVEIRO, Maylla Monnik Rodrigues de Sousa; MINELLA, Luzinete Simões. **Infâncias decoloniais, interseccionalidades e desobediências epistêmicas**. In: Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 7, n. 1, p. 99–117. UFBA: 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/cgd.v7i1.43661>> Acesso em: 13/06/2023

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como Teoria Social Crítica. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2021.

EXAME. Mourão diz que família sem pai ou avô é fábrica de elementos desajustados. General da reserva afirmou que o Brasil vive uma crise de valores e que famílias desestruturadas causam o ingresso “em narco-quadrilhas”. **Exame**, [s. l.], 17 set. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/mourao-diz-que-familia-sem-pai-ou-avo-e-fabrica-de-elementos-desajustados/>. Acesso em: 26 out. 2025.

FÁVERI, Marlene de. **Crônicas da incontinência da clausura**: cotidianos na pandemia. v. 1. Florianópolis: Letras Contemporâneas: 2021.

FERNANDES, Priscila da Silva. **Família monoparental feminina**: desafios de ser mãe solo. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2022.

FINAMORI, Sabrina; BATISTA, Maria Alice Magalhães. Categorias empíricas e analíticas: mães-solo e monoparentalidade feminina. **Mediações**, Londrina, v. 27, n. 3, p. 1-19, set./dez. 2022.

GALVÃO, Lize Borges. **Mãe solteira não. Mãe solo!** Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. In: Revista Direito e Sexualidade, n. 1. Bahia: UFBA, 2020.

IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista**: Psicanálise e políticas de reprodução. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Taiane Alves de. **Mãe solo é mãe sozinha**: tecendo vivências de mães negras em Fortaleza – CE e Região Metropolitana. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2021.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do conhecimento**: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.

QVORTRUP, Jens. **A infância enquanto categoria estrutural**. In: Educação e Pesquisa, v. 36, n. 2, p. 631-643, São Paulo: 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/M9Z53gKXbYnTcQVvk9wZS3Pf/>> Acesso em: 15/06/2024.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa**. Uma Introdução. 1. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014.

SILVA, Alessandra da. **As filhas da mãe**: experiências de filhas de mães solo que se tornaram professoras. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal Catarinense. Camboriú, 2025. Disponível em: <https://ppge.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/67/2025/03/Alessandra-da-Silva-Dissertacao.pdfA>. Acesso em: 04 nov. 2025.

SILVA, Caroline Guimarães. **Maternidade, cultura e redes sociais**: análise da interação social de mães solo através de netnografia e mineração de dados no Instagram. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2020.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 83-92.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

AS FILHAS DA MÃE: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE MÃE SOLO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DAS FILHAS

The mother's daughters: an analysis of the concept of the solo mother based on the daughters' experiences

Alessandra da Silva

Mestra em Educação
Instituto Federal Catarinense
Programa de Pós-Graduação em Educação
Camboriú, Brasil
alessandrasilvaed.inf@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0866-4544>

Idorlene da Silva Hoepers

Doutora em Educação
Instituto Federal Catarinense
Programa de Pós-Graduação em Educação
Camboriú, Brasil
idorlene.hoepers@ifc.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-3963-347>

Luciana Carlos Geroleti

Doutora em História
Instituto Federal Catarinense
Programa de Pós-Graduação em Educação
Camboriú, Brasil
luciana.geroleti@ifc.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-7647-0074>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rua 810-b, 269, 88220000, Itapema, SC, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. Silva, Hoepers, L. C. Geroleti

Coleta de dados: A. Silva

Análise de dados: A. Silva, I. S. Hoepers, L. C. Geroleti

Discussão dos resultados: A. Silva, I. S. Hoepers, L. C. Geroleti

Revisão e aprovação: A. Silva, I. S. Hoepers, L. C. Geroleti

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Número do Parecer: 5.768.641

Data: 22/11/2022

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO

Recebido em: 01-04-2026 – Aprovado em: 07-05-2026 - Publicado em: 12-10-2026